

A IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA, 1915-1945

Alfredo Kingo Oyama Homma²³

RESUMO - Este trabalho procura resgatar a história da imigração japonesa na Amazônia, que com a introdução das culturas de juta e pimenta-do-reino, entre outras, promoveram um singular processo de desenvolvimento agrícola regional, então dominado pelo extrativismo vegetal. A imigração japonesa no período anterior a II Guerra Mundial, mostrou o interesse dos capitalistas japoneses em apropriar do excedente econômico através do desenvolvimento da agricultura, em uma região com abundância de terras. As atividades introduzidas pelos imigrantes foram adotadas pelos agricultores brasileiros, fazendo com que a sua estratégia de sobrevivência fosse baseada sempre em constantes inovações tecnológicas para evitar problemas de mercado. Num momento em que se discutem estratégias para a preservação e a conservação da Amazônia, a experiência da imigração japonesa baseada na intensificação do uso da terra, em um ambiente de abundância desse recurso deve ser analisada. A singularidade do processo de desenvolvimento agrícola da imigração japonesa, apesar de sua grande influência, sugere por outro lado, que apresenta particularidade que não pode ser simplesmente copiada.

Termos de indexação: imigração japonesa, desenvolvimento agrícola, Amazônia

THE JAPANESE IMMIGRATION IN AMAZONIA, 1915-1945

ABSTRACT - This paper attempts to illuminate the history of Japanese immigration to Amazon, which introduced jute and black pepper, as well as other activities, thereby promoting an alternative agricultural development process, then dominated by an extractive economy. The Japanese immigration in the period before II World War indicates the interest of Japanese capitalists in appropriating economic surplus through agricultural development in a region with abundant land. The activities introduced by Japanese immigrants were adopted by Brazilian producers, forcing the Japanese to develop a strategy based always on frequent technological innovations in order to overcome problems associated with markets, pests, and diseases. Given today's energetic discussions about strategies to conserve and preserve the Amazon, the experience of Japanese immigration, based on an intensification of land use, in spite of land abundance, must be considered. The unique process of agricultural development associated with Japanese immigration, despite its great influence, suggests however that it may be impossible to imitate.

²³ Pesquisador do Centro de Pesquisa Agroflorestral da Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48, CEP 66095-100, Belém, Pará, Fax (091) 226-9845 E-mail: homma@marajo.secom.ufpa.br

Introdução

A imigração japonesa na Amazônia teve início em 1929, quando em 24 de julho daquele ano, partiu do porto de Kobe, no Japão, o navio *Montevideo Maru*, chegando no Rio de Janeiro no dia 7 de setembro. No dia seguinte embarcava no navio *Manila Maru*, chegando em Belém no dia 16 de setembro, desembarcando 189 japoneses, que seguiram no barco Tefé para o município de Tomé-Açu, chegando no dia 22 de setembro.

A concretização deste evento não foi um ato isolado, mas de intensas atividades que abriram o caminho para essa emigração. A assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão, assinado em Paris, em 5 de novembro de 1895, foram importantes para transformar o Brasil, em ponto de emigração. Deve-se mencionar que o preconceito com a imigração japonesa era forte, tanto que em 1907, o Encarregado dos Negócios do Brasil no Japão, Dr. Luis Guimarães afirmava que com a introdução dos nipônicos, o Brasil se envolvia “voluntariamente numa aventura perigosa”. O Decreto 528, de 28 de junho de 1890, proibia a entrada de africanos e asiáticos no Brasil, a não ser mediante autorização do Congresso Nacional.

A despeito das vitórias japonesas nas guerras com a China em 1894-1895 e da Rússia em 1904-1905, o país não apresentava perspectivas animadoras com a agricultura, além do quadro social dominante. Desta forma, a vinda do navio *Kasato Maru*, fabricado nos estaleiros ingleses e apreendido como presa de guerra dos russos, desembarcando 781 emigrantes japoneses no porto de Santos, no dia 18 de junho de 1908, iniciava a imigração japonesa no Brasil. Isso não indica que antes não existiam japoneses vivendo no Brasil. Há informações de que na Bolívia, no Acre e em Manaus, no início do século, atraídos pelo lucro da borracha, alguns japoneses se infiltraram na costa do Pacífico, provavelmente migrantes que vieram para o Peru após 1899. Na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que teve a sua fase intensiva de construção no período de 1907 - 1912, decorrente do Tratado de Petrópolis em 1903, tem-se o registro oficial de um japonês falecido em 1911, das mais de 1.593 pessoas vitimadas por doenças tropicais.

O fenômeno do fluxo migratório não era restrito aos japoneses, mas principalmente aos europeus. No período de 1820 a 1930, cerca de 62 milhões de pessoas emigraram da Europa para as áreas de além-mar, em processo de expansão. Entre 1861 e 1920, período em que se concentra a migração, o total alcançou 46 milhões. Encarado do ponto de vista dos países receptores, em 1914, por exemplo, 33% do povo argentino e 15% dos habitantes dos Estados Unidos eram imigrantes. O aparecimento de um fungo nos plantios de batata- inglesa na Irlanda, provocou a morte por inanição no período de 1846 a 1854, de 1 milhão de irlandeses e a imigração de 1,5 milhão para os Estados Unidos. No caso dos japoneses, havia a hipótese de que o nível de vida nas regiões “vazias” poderia ser bastante superior ao alcançado no Japão, abrir oportunidade quanto ao sistema de herança em que privilegiava apenas o filho mais velho a propriedade da

família e a magia da abundância de terra no Brasil, significando que poderiam adquirir barato extensas áreas não cultivadas. Um equívoco muito grande era a crença em supor que os imigrantes japoneses, pela semelhança com os indígenas, como sendo proveniente de um país bastante atrasado, constituída de ateus, como era o estereótipo do pensamento da população brasileira. Aliás, essa imagem na Região Norte, prevaleceu até a implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967, quando começaram a ser popularizados os aparelhos eletrônicos japoneses. É importante analisar que desde que a flotilha do Comodoro Matthew C. Perry, quando em 1853, entrou na Baía de Tóquio e, em 1854, conseguiu convencer os japoneses a firmarem um tratado de amizade com os Estados Unidos e a abertura dos portos, os japoneses conseguiram em questões de décadas, o que o Ocidente levava séculos, para se desenvolver em termos industriais, militares e de instituições políticas e padrões sociais modernos. Para se dar uma idéia dessa rápida evolução, basta comparar o número de barcos a vapor e motor entre a França e o Japão em 1886. Enquanto a França possuía 738 barcos, o Japão possuía apenas 78, porém em 1920, o Japão possuía 2.996 e a França 2.936 e, em 1925, o Japão tornava-se a maior força marítima, com 7.323 navios a vapor e motor.

O fulcro dessa mudança modernizadora foi desencadeada sob a liderança do Imperador Meiji, que governou o país no período 1868-1912, com características pró-ocidente. O Japão emergiu vitorioso das guerras sino-japonesa e russo-japonesa, recuperando a parte meridional da ilha Sakalina, que tinha cedido à Rússia em 1875, em troca das Kurilas e adquiriu Formosa e Coréia e interesses especiais na Manchúria. O Japão, em 1902, dava-se ao luxo de assinar a Aliança Anglo-Japonesa, onde participou da I Guerra Mundial, para atender as normas estipuladas no acordo. Dessa maneira, o Japão foi reconhecido como uma das grandes potências mundiais. O defeito dessa política foi o nascimento do imperialismo japonês. O imperador Meiji foi substituído pelo Imperador Taisho e, em 1926, pelo Imperador Hiroito, quando então iniciou-se a imigração japonesa na Amazônia. Por outro lado, deve-se ressaltar que, apesar do desenvolvimento da indústria militar no Japão, o país atravessava uma fase crítica, provocada pela passagem de sociedade feudal de base agrícola para sociedade industrial mercantilista. Isto criava uma infinidade de sérios problemas aos pequenos proprietários rurais, ao mesmo tempo em que aumentava a pressão demográfica e a falta de recursos primários básicos. Os produtores rurais foram ativamente encorajados pelo governo japonês a emigrar para as possessões de além-mar a fim de aliviar a zona rural da superpopulação e também para conseguir importação de alimentos para as ilhas centrais. Estes imigrantes plantavam arroz, frutas e hortaliças na Coréia e na fronteira interior da Manchúria a estabelecer colônias paramilitares para suprir os alimentos necessitados por bases militares japonesas.

Fukuhara e Uyetsuka: a crença na Amazônia

Deve-se analisar, portanto, este quadro dominante quando se efetuaram as primeiras tentativas com vistas a imigração japonesa na Amazônia. A economia do extrativismo da seringueira, que chegou a participar como segundo produto na pauta das exportações brasileiras, no período 1887-1917, entrava em colapso com a produção maciça dos

seringais racionais no sudeste asiático. Em 1912, o governo do Presidente Hermes da Fonseca, lançou um desesperado Plano de Defesa da Borracha, sem a devida compreensão da dinâmica da economia extrativa e sem ter condições de implementar, com o início da I Guerra Mundial no período 1914-1918. Foi neste cenário que em 28 de janeiro de 1915, Kinroku Awazu, veio ao Brasil, com vistas a estudar as perspectivas da imigração japonesa na Amazônia. O grande terremoto de Kanto, em Tóquio, em setembro de 1923, matando 143.000 pessoas e a proibição da entrada de japoneses na ilha de Hawaí, apesar da imigração nesta ilha ter iniciado desde 1868, quando este foi anexado aos Estados Unidos em 1900, em 1908, através do Gentlemen's Agreement e mais tarde, em 1924, com o estabelecimento da Quota Immigration Act, proibindo a imigração japonesa para os Estados Unidos, em 1901, para a Austrália, levaram esse fluxo migratório para o Brasil.

Em 1925, o governador do Pará, Dionísio Bentes, recebeu os enviados da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (Kanebo), indústria de tecidos no Japão, Yasuhei Ashizawa e Hideo Nakano, do Ministério das Relações Exteriores no Japão, com uma carta do embaixador japonês Hichita Tatsuki. O governador ofereceu as terras situadas às margens dos rios Capim, Moju ou Acará como propícias à colonização japonesa. Em mensagem ao Congresso do Estado datada de 7 de setembro de 1926, o governador deixou transparecer o entusiasmo quanto às perspectivas da imigração japonesa no Estado do Pará, citando o exemplo de São Paulo, ocorrida há 17 anos. Este foi o ponto de partida oficial para o início da emigração japonesa na Amazônia, no qual destaca-se a figura do governador Dionísio Bentes. A Constituição de 1891 dava autonomia aos Estados legislarem com respeito a imigração e a colonização. A população do Estado do Pará, pelos dados do Censo Demográfico de 1920, era de 983.507 habitantes e a cidade de Belém, com 236.402 habitantes. Para se ter uma idéia da população no Estado do Amazonas, em 1920, esta contava com apenas 363.166 habitantes e Manaus, com 75.704 habitantes. A população total do país era de 30.635.605 pessoas.

No ano de 1926, o embaixador japonês Hichita Tatsuki, acompanhado de Kinroku Awazu e de Shinran Egoshi, agrônomo, do Consulado Geral do Japão em São Paulo, quando visitava Manaus, recebeu também do governador do Estado do Amazonas, Ephigênio Salles oferta de terras para colonos japoneses. Em 28 de maio de 1926, chegou a Belém, o vapor Denis, da Booth Line, trazendo a missão científica japonesa chefiada por Hachiro Fukuhara e mais oito técnicos, para escolher a área em Acará e fundar a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A), conhecida como Nantaku.

Em 10 de outubro de 1927, Henry Ford, para fazer frente às pressões do Plano Stevenson (1922-1928), de controle do mercado de borracha pelos ingleses, lançou-se a um grande empreendimento agrícola na região de Santarém, obtendo uma concessão de 1 milhão de hectares do governo paraense, tornando o plantio de seringueira no primeiro plantio racional do país. No dia 11 de março de 1927, com o apoio do embaixador do Japão, Akira Ariyoshi, que sucedera a Hichita Tatsuke, Genzaburo Yamanishi e Kinroku

Awazu, assinou o contrato de opção, com o governador do Amazonas, Ephigênio Salles, para a escolha de áreas apropriadas dentro de dois anos com recursos próprios. Foi a primeira concessão de terras aos japoneses na Amazônia. Genzaburo Yamanishi, era um rico empresário japonês que estava disposto a investir 1 milhão ienes no exterior. Ainda em 1927, em São Paulo, 83 imigrantes japoneses, produtores de batata-inglesa, fundaram a Cooperativa Agrícola de Cotia, que viria a ser marco do movimento cooperativista no Brasil. A Coluna Prestes, que surgiu em 1924, se refugiou na Bolívia no dia 3 de fevereiro de 1927, pondo fim a intranquilidade governamental, mas chamando a atenção para um Brasil rural completamente abandonado e esquecido pelos governantes. No cenário mundial, Charles Lindbergh realizava o primeiro vôo intercontinental sem escalas entre Nova Iorque-Paris, no monomotor Spirit of St. Louis, no dia 21 de maio de 1927.

Através da Lei 2.746, de 13 de novembro de 1928, o governo do Pará concedeu para Hachiro Fukuhara, 600.000 ha de terra em Acará, 400.000 ha em Monte Alegre, e três lotes de 10.000 ha, em Marabá, na zona da Estrada de Ferro de Bragança e em Conceição do Araguaia, para a imigração japonesa. Se os japoneses estavam interessados no estabelecimento de colônias ao longo do rio Tocantins, justificando a escolha de Marabá e Conceição do Araguaia, constituíram tópico não bem esclarecido. Em 11 de agosto de 1928, foi fundada a Nantaku, com capital de 10 milhões de ienes, e a 7 de outubro, Hachiro Fukuhara chegou em Belém, como seu primeiro presidente e em 1 de junho de 1929, começava as suas atividades no município de Tomé-Açu. Nessa época, a comunicação fluvial era a única via de acesso, levando cerca de 12 horas de barco até Belém, que só foi quebrada em 1973, com a abertura da estrada Tomé-Açu - Belém. Em 1928, Yoshio Yamada, cujos descendentes transformaram-se em um dos maiores grupos empresariais do Pará, obteve também do governador Dionísio Bentes, a concessão de uma grande área em Viseu, que foi tornada sem efeito pela Revolução de 30, motivando seu regresso para o Japão.

O "crack" da Bolsa de Nova Iorque, em 29 de outubro de 1929, mostrou o cenário da intranquilidade da economia mundial, cujos reflexos atingiram o Brasil. Deve-se destacar, contudo, o grande fluxo migratório de imigrantes japoneses que vieram para o Brasil, principalmente para o sul do país, para servir como mão-de-obra nos cafezais, uma vez que o governo italiano acabou com a imigração subsidiada em 1902.

Em 1929, Kotaro Tuji, visitou a Amazônia pela primeira vez, como enviado de Tsukasa Uyetsuka, da província de Kumamoto, ex-Deputado federal e Conselheiro do Ministério das Finanças do Japão, que congregava interesses de alguns dos maiores capitalistas japoneses, manifestava interesse na colonização japonesa no Estado do Amazonas. A entrevista de Kotaro Tuji foi publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas, em 3 de agosto daquele ano e já demonstrava a intenção dos japoneses à cultura da juta.

Em 1 de junho de 1929, a Nantaku, iniciou suas atividades em Tomé-Açu, cujos primeiros precursores já se encontravam desde 11 de abril de 1929 e receberam as

primeiras 43 famílias de imigrantes que partiriam do porto de Kobe em 24 de julho. Em 19 de dezembro chegaram em Belém, pelo navio La Plata Maru, que ancorava no Guajará, mais 242 imigrantes, sendo 192 destinados ao Acará e 50, pertencentes a nove famílias, foram para Maués, para trabalharem na Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha. A concessão de terras no município de Maués, à margem direita do rio Maués-Açu, feita no dia 20 de outubro de 1928, ao japonês Kosaku Oshishi, tinha apenas 25.000 ha, constitui um capítulo à parte da história da imigração japonesa. Essa colônia representava o sonho de Hisae Sakiyama, que em 1918, fundou em Tóquio, a Escola de Colonização Ultramarina, para preparação de jovens que desejassem trabalhar em agricultura no exterior. Com esse objetivo, procurou se estabelecer em 1932, em Maués, para fundar uma filial de sua escola, dedicando-se até a sua morte, em 1941, à orientação de jovens.

Esse empreendimento visava aos plantios de cacau, guaraná e arroz, como os principais produtos; pretendia instalar cinquenta famílias e, devido a desentendimentos entre os próprios colonos, em pouco tempo entrou em decadência, sendo absorvido pela Companhia Industrial Amazonense S/A, em 1939. Noburu Yamanouti, que tinha desembarcado em Santos no dia 29 de julho de 1926, dois anos depois desembarcou em Belém, com destino a Maués. Mais tarde assumiu o cargo de gerente da Companhia Industrial Amazonense, um dos fundadores da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, criada em 24 de janeiro de 1960 e da Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia, fundada em 1965, entidade responsável pelo Hospital Amazônia.

As intenções de Tsukasa Uyetsuka, para viabilizar o empreendimento de colonização no Estado do Amazonas, passou a tomar corpo em fevereiro de 1930, quando convocou uma conferência em Tokyo, reunindo empresários e cientistas. Em março desse mesmo ano, fundou a Kokushikan Koto Takushoku Gakko (Escola Superior de Colonização) em Tokyo, no bairro de Setagaya, no campus da atual Kokushikan University, que em 1932, mudou de denominação para Nippon Koto Takushoku Gakko e foi transferido para Kanagawa-ken. O objetivo era treinar estudantes mediante curso de um ano, para as práticas agrícolas e adaptação aos costumes no novo país. Por se tratar de uma instituição na qual eram necessários pagamentos de pesadas mensalidades, a maioria dos estudantes era proveniente de família de classe média. Ao longo dos anos, até 1938, esta Escola chegou a mandar oito turmas, cerca de 248 estudantes e seis famílias, para o Estado do Amazonas, onde ficaram conhecidos como os “kotakusseis”.

Em abril de 1930, o japonês Uyetsuka, designado em 29 de fevereiro como chefe de uma missão governamental japonesa, acompanhado de 21 pessoas, viajaram para a Amazônia. Sairam do Japão em julho e do Rio de Janeiro no dia 1 de setembro, chegando em Manaus, em meados daquele mês. Imediatamente promoveram a inspeção da área de 700.000 ha e efetuaram a aquisição de uma área de 1.500 ha na Vila Amazônia, município de Parintins, para ser o núcleo do empreendimento no Brasil, obtendo a extensão do contrato de opção, por mais dois anos. Um dos membros da equipe foi o médico japonês Masakazu Sassada, que coletou amostras de sangue dos ribeirinhos, para verificar se havia presença da malária.

Uma missão anterior, de seis membros, em agosto de 1928, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores tinha selecionado uma área de 300.000 ha próximo a Maués. Enquanto Uyetsuka, em 21 de outubro de 1930, fundou o Amazonia Kenkyuzio (Instituto Amazônia), em Parintins, com o objetivo de desenvolver pesquisas para apoiar as atividades agrícolas, o país passava por grandes transformações políticas. Nessa época, Parintins era uma pacata cidade do interior amazonense, sem a agitação que cerca as festividades do Boi-bumbá durante o mês de junho. Introduzida há 80 anos, como uma ramificação do Bumbá-meu-boi do Nordeste, foi adaptado para as condições amazônicas e transformado em Festival Folclórico de Parintins, a partir de 1966.

O presidente da República, Washington Luis foi deposto no dia 24 de outubro de 1930, para ser governado por uma Junta Militar Governativa Provisória, até 3 de novembro, para então ser entregue a Getúlio Vargas, que governou até 29 de outubro de 1945. É importante ressaltar, que o novo governo estadual, instituído no dia 20 de novembro de 1930, manteve esse contrato, a despeito de ter anulado dezenas de outros, assegurando uma aparente tranquilidade para Uyetsuka que regressou em dezembro de 1930 para o Japão. A seguir, Kinroku Awazu assumiu a direção do Instituto Amazônia até 1932, quando foi reorganizado em 1933, com a denominação de Instituto Industrial da Amazônia, sob a direção de Kotaro Tuji que neste mesmo ano, recebeu uma partida de sementes de juta procedentes de São Paulo e do Japão.

Em 11 de março de 1931, o contrato de opção de terras assinado por Yamanishi e Awazu foi transferido para Uyetsuka, uma vez que Genzaburo Yamanishi, não dispunha de recursos financeiros. Em abril de 1931, saiu de Tokyo, no navio Santos Maru, a primeira turma de 47 estudantes da Escola Superior de Colonização, que foi enviada para estagiar no Instituto Amazônia. O ano de formação e o nome do navio em que vieram para o Brasil, passaram a ser o ponto de identificação posterior dos imigrantes. O tempo de viagem partindo do Japão e cruzando a linha do Equador no oceano Índico, depois de passar por Cingapura e atravessando os oceanos Pacífico e Atlântico, demorava até dois meses. Duas companhias de navegação, a Osaka Shosen Line e Japan Mail Steamship Company, em dezembro de 1916 e em abril de 1917, respectivamente, tinham iniciado uma linha regular para o Brasil. Aportando no Rio de Janeiro, onde mudavam para um navio brasileiro, tinham ainda pela frente 6.572 km de navegação até Manaus, com paradas em quase todos os portos nacionais. As passagens para a vinda ao Brasil eram custeadas pelo governo japonês desde 1925, com o objetivo de estimular a migração. No caso do Estado de São Paulo, para atender aos interesses dos produtores de café por mão-de-obra, até 1922, o governo estadual subsidiava as passagens dos imigrantes. Chegaram no Rio de Janeiro no fim de maio de 1931, onde ficaram na ilha de Flores, que tornou-se em ponto obrigatório de baldeação de imigrantes japoneses e em junho chegaram a Vila Amazônia, no navio Afonso Pena, da extinta Loide Brasileiro. Nesse grupo vieram também três agrônomos chefiados por Sakae Oti, que haviam concluído o curso de economia na Universidade de Nippon, em Tóquio, contando com 26 anos e traziam 10 kg de sementes de juta.

A juta adapta-se às várzeas amazônicas

As experiências com o plantio de juta, tiveram início no dia 12 de setembro de 1931, na Vila Amazônia e em 22 de setembro na ilha Formosa, em Paraná de Ramos, por Emon Araki, agrônomo graduado do Colégio Agrônomo de Kagoshima, que veio na primeira turma de “kotakusseis” e que em 1954 viria ser diretor-superintendente do Banco América do Sul S/A. Em 16 de novembro de 1931, uma nova remessa de sementes de juta procedentes da Índia enviadas pelo primeiro-secretário da Embaixada do Japão, no Rio de Janeiro, Ryoji Noda, foram plantadas na ilha de Formosa. Uma nova partida de 40 kg de sementes procedentes de Tóquio foi recebida no dia 26 de novembro de 1931. Em 5 de dezembro, as experiências foram repetidas por Emon Araki na ilha da Várzea, onde foram efetuando plantios em intervalos de dez dias até o dia 31 de março de 1932. Em 28 de outubro de 1931, o Interventor Federal do Amazonas, Antonio Rogério Coimbra, concedeu a prorrogação por mais dois anos aos japoneses quanto a cláusula que estipulava a organização da companhia. Em Acará, os imigrantes japoneses, fundaram a Cooperativa de Hortaliças e Yoshio Yamada, em outubro de 1931, voltou novamente para a Amazônia, estabelecendo-se desta vez em Ourém, dedicando-se à agricultura e ao comércio. No cenário internacional, as tropas japonesas invadiram a Mandchúria em 18 de setembro de 1931, criando o império do Mandchukuo.

No ano de 1932, a segunda turma de 67 estudantes da Escola Superior de Colonização veio para a Amazônia e se estabeleceu na ilha de Formosa. Apesar do insucesso das experiências com a juta, as amostras de fibra foram encaminhadas para duas companhias japonesas de cânhamo, Teikoku Seima e Taisho Seima e uma de fibra de juta, a Toyo Boseki, que atestaram a boa qualidade das fibras amazônicas. Em Tomé-Açu, a Companhia Nipônica de Plantações que tinha apostado seu sucesso na cultura do cacau, não obteve êxito, dando origem a diversos atritos, fazendo com que em 1935, se retirasse e Hachiro Fukuhara, deprimido retornou ao Japão. A história mostrou os resultados desse empreendimento somente duas décadas depois. Em 28 de janeiro de 1932, as tropas japonesas invadiram Xangai, em represália contra o assassinato de monges budistas japoneses. Estes acontecimentos tiveram reflexos na política imigracional japonesa no Brasil.

Em 1933, Kotaro Tuji, partiu do Japão, a bordo do Santos Maru, acompanhado de sua mulher e do irmão mais novo, chegando ao Brasil no dia 20 de março, trazendo 60 kg de sementes de juta da Índia. Em abril, estas sementes foram plantadas, mas sem o sucesso esperado. O fracasso das experimentações com a juta pelo Instituto Amazônia, fizeram com que Uyetsuka tomasse a decisão de enviar para a Índia, o agrônomo Isaku Kino, professor da Escola Superior de Colonização, em abril de 1933. Regressando ao Japão, no dia 16 de agosto partiu em direção à Amazônia, no navio Montevideo Maru, chegando à Vila Amazônia em 5 de outubro daquele mesmo ano, no navio Baependi. Com Isaku Kino vieram também, cinco famílias de agricultores, dentre os quais estava Ryota Oyama, atendendo o convite de Tsukasa Uyetsuka. Ryota Oyama, cuja atenção com a juta, iria modificar os destinos dos imigrantes e da região, nasceu, na Província de

Okayama, no dia 1 de dezembro de 1882, na vila Agata e faleceu em Parintins, Estado do Amazonas, no dia 15 de maio de 1972, aos 90 anos de idade. Era filho de Uzaburu Oyama e Ykime Oyama. Quando resolveu emigrar para o Brasil contava com 51 anos e veio acompanhado de sua esposa Kyo e de seus quatro, dos cinco filhos, Kazuma, Yoshime, Tamon e Sonia. Kazuma, tinha concluído a segunda turma de “kotakusseis”, mas para atender o serviço militar veio somente com a terceira turma. Hetsiko, que estava concluindo o curso de “kotakusseis”, não veio junto com a família, mas em 1935, vindo a falecer em 1937, vitimado pela malária, quando a juta já despontava como sendo um sucesso. No Japão, Ryota Oyama dedicava-se a atividades agrícolas, tendo trabalhado na Cooperativa Agrícola de Fabricação de Esteiras Japonesas, na Província de Okayama, obtendo conhecimentos úteis sobre a cultura de uma planta fibrosa chamada “igusa”. Ocupou mais tarde o cargo de diretor dessa Cooperativa.

TABELA 1. Imigrantes japoneses no Brasil-1908/1978.

Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes
1908	830	1932	11.678	1956	4.912
1909	31	1933	24.494	1957	6.147
1910	948	1934	21.930	1958	6.586
1911	28	1935	9.611	1959	7.123
1912	2.909	1936	3.306	1960	7.746
1913	7.122	1937	4.557	1961	6.824
1914	3.675	1938	2.524	1962	3.257
1915	65	1939	1.414	1963	2.124
1916	165	1940	1.155	1964	1.138
1917	3.899	1941	1.548	1965	903
1918	5.599	1942	-	1966	937
1919	3.022	1943	-	1967	1.070
1920	1.013	1944	-	1968	597
1921	840	1945	-	1969	496
1922	1.225	1946	6	1970	435
1923	895	1947	1	1971	452
1924	2.673	1948	1	1972	352
1925	6.330	1949	4	1973	492
1926	8.407	1950	33	1974	239
1927	9.084	1951	106	1975	254
1928	11.169	1952	261	1976	262
1929	16.648	1953	1.928	1977	291
1930	14.076	1954	3.119	1978	291
1931	5.632	1955	4.051		

Fonte: Consulado Geral do Japão em São Paulo

Em 15 de abril de 1933, a terceira turma composta de mais de 80 estudantes partem de porto de Kobe no navio Montevideo Maru, chegando na Vila Amazônia em 21 de junho. Com o acréscimo da terceira turma de “kotakusseis”, totalizava mais de 150 estudantes,

para o qual foram preparados 300 ha de terra firme e 45 ha de várzeas. Já em 20 de outubro, Ryota Oyama iniciou o plantio de sementes de juta procedentes de Calcutá, no Paraná de Ramos. Nesse mesmo ano, Makinossuke Ussui, representante da Nantaku, viajou no navio Hawai Maru, e ao desembarcar em Cingapura, para cremar uma passageira idosa falecida à bordo, conduziu as mudas de pimenta-do-reino, que mudou os rumos da agricultura na Amazônia. Chama-se a atenção que nos anos de 1933 e 1934, marcaram os recordes de imigração japonesa no Brasil (Tabela 1).

Em 11 de março de 1934 foi feita uma exposição dos produtos agrícolas dos imigrantes japoneses, sendo que a juta continuava com o tamanho reduzido. Nesse meio tempo, Ryota Oyama observou que no jutal no Paraná de Ramos, duas plantas se distinguiam das demais em termos de crescimento. A enchente levou uma dessas plantas, mas da planta sobrevivente, Oyama conseguiu obter 10 sementes em junho de 1934, que foram plantadas em outubro, em frente a sua casa na Colônia Modelo de Andirá, que sete meses depois renderia 200 sementes. Foi esse cuidado e essa persistência que permitiram o sucesso da lavoura de juta na Amazônia.

O Professor Virgílio Ferreira Libonati, da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, um dos pesquisadores que mais se dedicou à pesquisa da juta na Amazônia, depois de sua introdução, atribuiu a esse fenômeno, a uma mutação. A outra hipótese é a de que as sementes recebidas pelos japoneses da Escola Superior de Colonização e do Instituto Amazônia, em sucessivas visitas à Índia e de outras remessas, eram de qualidade inferior e não interessava para a Índia, criar um concorrente, que naquele tempo tinha na economia da juta, uma das principais atividades econômicas. Certamente, por engano, tinham vindo algumas sementes de juta de boa qualidade.

Como colônia inglesa, os ingleses deviam ter na memória, o saldo da experiência positiva que foi a transferência das sementes de seringueira da Amazônia, por Henry Wickham, em 1876, para as possessões britânicas no Sudeste asiático, bem como da chinchona, árvore produtora de quinino nas possessões holandesas da Ásia. Posteriormente, mesmo na época contemporânea, a Índia sempre mostrou-se refratária, quanto a qualquer possibilidade de cooperação referente a troca de material genético. Nesse sentido, chegou a ser paradoxal, quando por ocasião da realização da III Conferência Nacional de Juta e Fibras Similares, em Belém, no período de 20 a 24 de abril de 1952, o Ministro da Agricultura João Cleofas veio acompanhando do Embaixador do Paquistão e do Encarregado dos Negócios da Índia, quando o objetivo da reunião, era para reduzir as importações de juta indiana e paquistanesa. O sucesso da aclimação da juta por Ryota Oyama marcou nova era na agricultura brasileira, cujas tentativas visando o seu cultivo, em São Paulo, vinham desde 1902, não descartando esforços como de Navarro de Andrade, entre outros.

Em 1934, a quarta turma de "kotakusseis" embarcou no navio Buenos Aires Maru e desembarcou em Parintins, no navio Santos. Na viagem para Parintins, em Belém, embarcou um contingente de soldados e quatro caminhões para serem desembarcados em

Óbidos, em face da adesão da guarnição daquele município, em agosto de 1932, na Revolução Constitucionalista, onde foram sufocados e vieram presos para Belém, no dia 6 de setembro daquele ano. Na colônia, em Parintins, denotava-se um evidente clima de frustração entre os imigrantes anteriores, fazendo com que muitos começassem a se deslocar para São Paulo. As dificuldades de trabalho, o clima inóspito, a cultura, a língua, o desconforto e ao “jeito” brasileiro de resolver os problemas, levaram alguns ao desespero do suicídio.

Até então, a atividade produtiva dos imigrantes em Parintins não passava da agricultura de coleta de borracha, castanha-do-pará, extração de pau-rosa, dentre outros, nas áreas de terra firme, efetuadas no sistema de aviamento, semelhantes aos caboclos. A tentativa de se conseguir a produção planejada, aplicando a técnica e o capital, apresentava grandes dificuldades. Como plano para a agricultura, plantaram a seringueira, tanto que por ocasião do confisco da CIA em 1942, existiam 115.000 pés plantados, iniciados na década de 30, o guaraná e a castanha-do-pará, em terra firme, intentando-se assim superar a fase de extrativismo vegetal e conseguir a produção planejada de culturas permanentes. Acontece que essa planificação da produção, tal como sucedera também com aquela do Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha, em Maués, não passava de mero estudo de gabinete, sem o necessário estabelecimento de uma diretriz segura. Dessa forma, os imigrantes que vieram para Maués e Parintins, dentro de alguns anos, na sua grande maioria se deslocaram para a região de São Paulo, abandonados inteiramente pela Companhia.

O clima de desânimo e de revolta fez com que Uyetsuka se deslocasse imediatamente para Parintins, onde chegou no dia 17 de outubro de 1934, e ouviu o relato de Ryota Oyama, um dos imigrantes abandonados pela Companhia, sobre a juta que obtivera e da sua tentativa em multiplicar essas sementes.

Em 1935, veio a quinta turma de “kotakuseis” (catorze estudantes da quinta turma e quatro estudantes da turma anterior), dando um total de 70 pessoas incluindo os familiares dos migrantes, embarcaram no porto de Yokohama, no navio Rio de Janeiro Maru, chegando no Rio de Janeiro em 30 de maio e a seguir embarcando no navio Santarém, com destino a Parintins. Nesse meio tempo, Uyetsuka encontrou grande dificuldade para levantar recursos para seu projeto no Estado do Amazonas. Três causas podem ser apontadas: a Grande Depressão de 1929, onde os capitalistas relutavam em investir em atividades de risco; a Revolução de 1930, que colocava dúvidas quanto ao contrato de opção; e as dificuldades enfrentadas pela Nantaku, em Tomé-Açu, em empreendimento semelhante, que beirava a agonia. Com a ajuda governamental e de empresas privadas como a Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yassuda Zaibatsu, conseguiram levantar um capital de 1 milhão de ienes (equivalente a US\$ 287.000,00). Com esse capital, em setembro de 1935, Uyetsuka fundou em Tokyo, a Amazon Sangyo Kabushiki Kaisha (Companhia Industrial Amazonense S/A), como parte das normas contratuais entre os capitalistas japoneses e o desenvolvimento das atividades no Brasil. Durante o ano de 1935, Ryota Oyama, ante a descrença geral dos imigrantes, que já

tinham desistido da cultura da juta, continuava efetuando a multiplicação das sementes de juta, lutando contra inúmeras dificuldades, principalmente de saúvas. Da produção de sementes de juta obtida em 1935, Ryota Oyama entregou 200 gramas de sementes para Yoshio Takashima, que era o encarregado da Estação Experimental do Instituto Amazônia. Takashima era formado pela Escola Superior de Agricultura de Utsunomiya e concluíra a terceira turma de “kotakusseis”, iniciou suas atividades na Colônia Modelo de Andirá em 18 de julho de 1933 e por motivos de saúde teve de regressar ao Japão em 1938. Em 21 de agosto de 1935 plantou as sementes fornecidas por Ryota Oyama em uma área de 0,04 ha e em 22 de janeiro de 1936 efetuou a colheita de aproximadamente, 1.500 gramas de semente de juta, tendo ficado com um terço, devolvido um terço para Ryota Oyama e o restante para Yoshimasa Nakauti.

A quantidade de sementes de juta obtida por Ryota Oyama durante os anos de 1935 e 1936, atingiu cerca de 32 kg, permitindo que em novembro de 1936, Oyama já plantasse 5 ha de juta para a produção de fibra e para a multiplicação de sementes, na ilha de Formosa, para onde tinha se mudado desde 1 de março de 1936 e Yoshimasa Nakauti, 0,5 ha, na Vila Batista, na várzea da Vila Amazônia. Este novo alento na jiticultura, fez com que no dia 11 de fevereiro de 1936, fosse criada a Companhia Industrial Amazonense S/A, absorvendo o Instituto Industrial da Amazônia, tendo Uyetsuka como presidente, Kotaro Tuji, Sakae Oti, Masatoshi Takamura, Kumio Nakazaki, Toshio Tsukumo, P.T. Borba e Vivaldo Lima, como diretores. A presença de dois brasileiros na diretoria, deve-se ao clima anti-imigração, que começava a despontar no Brasil e do espírito de beligerância que se fazia sentir na Europa e no Japão. O contrato formal da concessão foi concluído em 1935 e aprovado com unanimidade pela Assembléia Estadual, em dezembro de 1935, sendo prorrogado por Uyetsuka até março de 1936. A cláusula 6 desse contrato estabelecia a colocação de 200 famílias, em um total de 1.000 pessoas durante os próximos 50 anos. No Estado do Amazonas, a Lei estadual 153, de 9 de dezembro de 1936, expressava que as terras concedidas pelo governo não poderiam ser destinada à colonização de estrangeiros. A assinatura desse contrato de concessão entre Uyetsuka e o governo amazonense desencadeou um conjunto de reações anti-nipônicas, que passou a tomar corpo depois da pregação de Miguel Couto. Logo, o governador Alvaro Maia, encaminhou ao Senado Federal, em obediência à Constituição promulgada em 1934, que estabelecia no artigo 130, que nenhuma concessão de terra com superfície acima de 10.000 ha poderia ser feita sem a aprovação do Senado. No dia 13 de junho de 1936, os senadores do Estado do Amazonas, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo da Matta pronunciaram discurso contra essa concessão para Uyetsuka. No dia 12 de agosto, o senador Joaquim Ignácio concluiu o relatório do processo que foi votado no dia 24 de agosto, desaprovando o contrato. O que salvou as atividades dos japoneses foi exatamente o sucesso da aclimatação da juta efetuada por Ryota Oyama, que após sete anos de resultados insatisfatórios, em 1937, conseguiram vender a primeira safra dessa cultura para Belém, valorizando o trabalho potencial dos japoneses.

Assegurado o sucesso com a lavoura da juta como nova alternativa econômica, em 26 de fevereiro de 1937, foi colhida a primeira safra comercial de juta dos plantios de Ryota

Oyama e Yoshimasa Nakauti, tanto que no dia 24 de abril, foram embarcadas 2.770 kg de fibra de juta no navio Tenente Portela, o primeiro carregamento de juta da Amazônia para Belém, destinada para a firma Casa Martins Jorge & Cia. No dia 7 de julho, uma segunda remessa de 6.171 kg foi remetida para Belém, no navio Amazon River, para o mesmo comprador. Naquele ano, 24 famílias japonesas plantaram fibras de juta, e a produção da colônia atingiu 5.000 sacos de arroz. No quadro político brasileiro, em 10 de novembro, Getúlio Vargas, passou a governar o país com poderes discricionários, através do Estado Novo, fechando todos os partidos políticos em 2 de dezembro de 1937. No ano de 1937, veio a última turma de “kotakusseis” com apenas quatro estudantes.

Os “kotakusseis” sempre apresentavam severas críticas à administração da CIA, chegando as mesmas a constituir, às vezes, em arraigada resistência, através de suas lideranças consolidadas na Escola Superior de Colonização. Mas esse antagonismo ou resistência era sempre absorvido dentro da relação mestre-discípulo, ou ainda amortecido por “slogan” que enaltecia a necessidade de unidade entre a CIA e os imigrantes para vencerem as dificuldades que se antepunham ao programa de imigração. Mas esse aspecto não isolava de atitudes anti-éticas entre dirigentes e imigrantes. Os “kotakusseis”, que constituíam o núcleo dos imigrantes em Parintins, eram jovens e puros, imbuídos do espírito de pioneirismo, sem qualquer aspiração financeira, e que prevaleceu também nos anos futuros, na sua totalidade, preocupados apenas na educação dos filhos.

Havia um clima desfavorável no Estado do Amazonas, quanto à concessão de 1 milhão de hectares cedido ao japoneses. O espírito imperialista do governo japonês, invadindo a Mandchúria em 1931 e estabelecendo um governo fantoche em 2 de janeiro de 1932, invadindo Xangai em 1932, Pequim (1937), Nanquim (1937) e a assinatura do pacto de não-agressão com a União Soviética em 1937, reforçaram o sentido do “perigo amarelo” para a Amazônia. O próprio governo japonês perdeu o interesse pela colonização na Amazônia, onde a ocupação militar na Mandchúria, revelava-se mais estratégica para os objetivos militares, além dos colonos sentirem-se mais protegidos e chocando-se com as dificuldades da Amazônia, levando quase que completamente à estagnação. Ressalta-se que de uma participação de apenas 2,8% em 1924, a participação dos imigrantes japoneses no total de imigrantes de outras nacionalidades, atingiu 53,2% em 1933. Em princípios da década de 1930, um acirrado nacionalismo tomou conta do Brasil. Em debates na Assembléia Nacional Constituinte na legislatura 1933-34, vários políticos, em especial o deputado Miguel Couto, fez uma acirrada campanha contra a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, estabelecendo o Artigo 128, restrições contra a entrada de imigrantes no país. Esse sentimento anti-nipônico já se percebia desde 22 de outubro de 1923, quando o congressista mineiro Fidélis Reis, apresentou a Lei 291, à Câmara dos Deputados, restringindo a entrada de imigrantes japoneses a 5% da população japonesa residente no Brasil. Numa medida que visava diretamente à imigração japonesa, a Assembléia votou uma restrição da cota anual de imigrantes para 2% do total de entrada dos 50 anos anteriores, levando a uma ameaça inócua por parte do embaixador japonês, em junho de 1934, da retirada da representação diplomática. Em 1935, quando começou

a vigorar os efeitos da “Lei dos 2%” significava um contingente de apenas 2.711 pessoas, inibindo-se assim a chegada de novos imigrantes, uma vez que o saldo de entrada de imigrantes japoneses nos anos anteriores, já ultrapassava a cota. O deputado federal Álvaro Maia, que foi Interventor Federal no período de 20 de novembro de 1930 a 8 de agosto de 1931, eleito governador pela Assembléia Legislativa, para o período de 19 de fevereiro de 1935 a 23 de novembro de 1937 e, novamente Interventor Federal no período de 24 de novembro de 1937 a 7 de novembro de 1945, introduziu a terceira emenda ao Artigo 128, em 21 de dezembro de 1933, estabelecendo sistema de quota, de acordo com o tamanho de cada grupo étnico e de interesse nacional. No Estado do Pará, talvez em face da concessão efetuada para a Ford Motor Company, as restrições aos japoneses eram menores. Este aspecto fez com que em 11 de março de 1938, Uyetsuka expressasse uma carta de agradecimento para Vivaldo Lima, pelo apoio emprestado em 1936, para a causa da imigração japonesa. As preocupações do governo federal relativas à imigração, colonização e concentração de estrangeiros no país, levaram a criação do Conselho de Imigração e Colonização através do Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938.

A despeito destes problemas, a juta mostrava seu potencial, limitando-se pela disponibilidade de sementes. O sucesso da juta em Parintins, foi motivo de manchetes na imprensa do Sul, decorrentes da entrevista com o Superintendente Técnico da Comissão Federal do Comércio, Dr. Miguel Pena, em 24 de maio de 1938. O Dr. Admar Thury, apresentava também um consubstanciado relatório sobre o trabalho dos japoneses de Parintins, para o Diretor da Escola Agrônômica de Manaus, em 18 de julho. Esta Escola teve a sua origem com a criação da Escola Universitária Livre de Manaus em 1909 que sobreviveu ao fechamento em 1926, mas que terminou encerrando suas atividades em 1943.

Cerca de 40 a 50 famílias de imigrantes remanescentes abandonaram a terra firme e se espalharam nas várzeas ao longo de suas margens, bem como dos afluentes paralelos, iniciando-se, assim, o aproveitamento dessas várzeas que até então eram abandonadas por completo. Tanto que no ano de 1938, foram produzidos 57.625 quilos de fibra de juta. O Governo do Estado do Pará percebeu imediatamente a importância dessa lavoura para ocupar o vácuo da economia gumífera. Nesse sentido, o Interventor Federal José Carneiro da Gama Malcher, que já fora governador eleito pela Assembléia Legislativa no período de 4 de maio de 1935 a 23 de novembro de 1937, foi nomeado Interventor Federal no período de 24 de novembro de 1937 a 7 de novembro de 1945, promulgou o Decreto-Lei 3.065, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 16 de agosto de 1938, concedendo a Kotaro Tuji e Toshio Tsukumo, vantagens para a produção de juta no Estado.

Para analisar as possibilidades do Estado do Pará, deslocaram-se para o município de Breves, Sakae Oti, Ishirara e Kenji Ikegami, estabelecendo-se naquele município em dezembro de 1938, o primeiro plantio experimental de juta no Estado do Pará. A escolha do município de Breves decorreu por ter se transformado em grande produtor de arroz, a partir de 1917, após a crise do extrativismo da seringueira. O Interventor, em exercício,

do Estado do Amazonas, Rui Araújo, ante a crítica do deslocamento de japoneses para o vizinho Estado, promulgou o Decreto-Lei 170, de 24 de novembro de 1938, concedendo grandes incentivos à Companhia Industrial Amazonense S/A. É bem provável que o sucesso da introdução da juta no Estado do Amazonas tenha impressionado o governador Gama Malcher, em comparação com o trabalho dos japoneses em Tomé-Açu, dedicando-se mais a hortaliças sem muitas perspectivas maiores para o Estado. Posteriormente, quando ocorreu o sucesso da pimenta-do-reino, a partir da década de 50, houve uma reversão nessa história. Enquanto os japoneses que se dedicaram à juta, tiveram um pequeno sucesso inicial, não conseguiram angariar fortunas, o inverso ocorreu com a pimenta-do-reino.

A II Guerra Mundial e a democratização da experiência japonesa

Em 1 de setembro de 1939 iniciou-se a II Guerra Mundial, cujos desdobramentos posteriores, muito teria a ver com os destinos da imigração japonesa. Nesse ano, as atividades da Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha, dos imigrantes japoneses que foram para Maués, e conheceram a completa falência de seus empreendimentos e das baixas no pessoal causadas pela malária, foram obrigadas a abandonar suas atividades. Dessa forma, foram incorporados à Companhia Industrial Amazonense S/A, para iniciar a produção de juta na várzea. Tuji regressa de uma viagem da Índia, trazendo sementes de juta, provocando a mistura da variedade que já estava selecionada, dando origem ao aparecimento das “jutas anãs”, que tantos problemas causaram posteriormente, com a desativação das atividades dos japoneses com a guerra.

Apesar das dificuldades com relação a disponibilidade de sementes de juta, esta cultura teve rápido crescimento. A Colônia Modelo que estava localizada em terra firme foi dissolvida em 1940, uma vez que seus membros tinham se deslocado para as áreas de várzeas. Masayoshi Serizawa e mais dois estudantes se deslocaram para as várzeas do rio Madeira, para disseminar a juta naquela região, entre os agricultores brasileiros. Sakae Oti, em face do fracasso das experiências em Breves, devido a problemas de malária e das condições de solo, solicitou ao Governo do Estado do Pará, um campo para produção de sementes de juta nas vizinhanças de Santarém. Yohito Ishihara, efetuou o primeiro plantio comercial de juta entre Juruti e Monte Alegre.

No dia 21 de outubro de 1940, Uyetsuka chegou na Amazônia para as comemorações dos dez anos de fundação do Instituto Amazônia, onde reuniram-se cerca de 300 convidados, onde presenteou Ryota Oyama com um relógio de ouro, pelo seu esforço na aclimação da cultura da juta. A chegada de Uyetsuka estava relacionada com a visita que o Presidente Getúlio Vargas fizera a Parintins no dia 9 de outubro e na volta no dia 14, decorrente de escala de vôo, após visitar os plantios da Companhia Ford Industrial do Brasil, em Belterra, onde permaneceu por quase dois dias. O Presidente da República ficou bastante entusiasmado com a introdução da cultura da juta pelos japoneses e da criação dessa nova atividade econômica. O Discurso do Rio Amazonas, proferido por Getúlio Vargas, em Manaus, no dia 10 de outubro de 1940, em que mostrava a preocupação governamental com a região amazônica, provavelmente a juta estava

inserida neste contexto. As dificuldades para a importação de juta indiana, levou a Comissão de Defesa da Economia Nacional, criada para atender ao contingenciamento de produtos que dependiam de importações, em 20 de agosto de 1940, a obrigatoriedade de incluir 10% do consumo da fibra de juta nacional. Esta extensa viagem do presidente Vargas, pela primeira vez a Amazônia, coincidia também pela inauguração da linha aérea entre Rio de Janeiro e Belém, a cargo da Panair do Brasil S/A, que foi criada em 1933, como subsidiária da Pan American Airways Inc., responsável pelas rotas aéreas litorâneas.

Após cumprida a promessa da visita efetuada em Parintins, Getúlio Vargas, publicou o Decreto 6.825, em 7 de fevereiro de 1941, estabelecendo a legislação sobre a fibra de juta. O Interventor Federal, Álvaro Maia, publicou o Ato 3.869, no dia 24 de março de 1941, estabelecendo a Companhia Industrial Amazonense S/A, como classificadora oficial de juta no Estado. Esta medida desencadeou uma antipatia contra os privilégios que os japoneses estavam recebendo e que os brasileiros estariam perdendo oportunidade no processo de produção e comercialização da juta. Esta Companhia publicou em 1941, um guia de instruções para o plantio de juta, semelhante aos sistemas de produção que a Embrapa passou a divulgar na década de 70, com a finalidade de difundir esta cultura entre os agricultores brasileiros, para lucrar no processo de comercialização. O problema da produção de sementes de juta extrapola a dimensão da CIA, passa a ser uma preocupação da Associação Comercial do Amazonas e do Fomento Agrícola do Estado do Amazonas. Em 1 de outubro de 1941, Takeshiro Homma, vice-presidente da Cooperativa de Juticultores Japoneses de Parintins, assinou um contrato para a produção de sementes com a CIA, esta representada por Sakae Oti. O ataque surpresa dos militares japoneses a base americana de Pearl Harbour, em 7 de dezembro de 1941, a guerra se generalizou no Extremo Oriente, englobou o conflito sino-japonês iniciado em 1937 e mudava os rumos dos empreendimentos capitalistas dos japoneses com relação a juta.

Os esforços de guerra se concentraram desde 1941, com a necessidade do aumento da produção de borracha vegetal para atender as finalidades bélicas das forças aliadas. Com a entrada dos japoneses no conflito, com a ocupação dos seringais do Sudeste asiático, a oferta de borracha vegetal na Amazônia assumiu uma importância estratégica. Decorrente de intensas negociações do Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, em 3 de março de 1942, o governo brasileiro assinou o Acordo de Washington, com o objetivo de exportar a borracha vegetal exclusivamente para os Estados Unidos. Nesse mesmo ano foi criado o Banco de Crédito da Borracha. Outra consequência da invasão das tropas japonesas no Sudeste asiático foi o controle da produção de quinino da ilha de Java em 1942, que constituía monopólio dos holandeses. Antes, em 1940, quando as tropas alemãs ocuparam Amsterdã, confiscaram todo o estoque de quinino disponível na Europa. Dessa forma, além da borracha vegetal, a produção de quinino tornou-se estratégica para as tropas americanas que combatiam no Pacífico, fazendo com que os botânicos do New York Botanical Garden e da Smithsonian Institution, procedesse a uma ampla coleta de quinino na Colômbia, tendo conseguido 6.000 toneladas, que foi a salvação dos Aliados. Nesse meio tempo, procurou também envidar esforços no

desenvolvimento do quinino sintético, tendo dois cientistas, William Doering e Robert Woodward, conseguido em 1944, já demasiado tarde para atender a terrível escassez de quinino, mas inaugurava a era da cura da malária pelos meios sintéticos. Foram também efetuadas grandes plantações de chinchona na África, Peru e no México.

Como resultado da III Reunião de Consultas dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizado no Rio de Janeiro, teve como consequência o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão, no dia 28 de janeiro de 1942. O metralhamento do navio Taubaté, do Lloyd, no mar Mediterrâneo, em março de 1941 e, posteriormente, com o rompimento das relações diplomáticas e comerciais, houve uma sequência de torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães. Assim, durante o mês de fevereiro de 1942, houve o torpedeamento, dos navios Buarque, Olinda e Cabedelo e no mês de março de 1942, dos navios Arubatã e Cairu, todas em águas americanas, com carregamentos de café, cacau, algodão, mamona e peles e com cargas de retorno de carvão e material estratégico. Estes fatos levaram o governo brasileiro a estabelecer o Decreto-Lei 4.166, em 10 de março de 1942, ao confisco de bens de súditos alemães, italianos e japoneses em garantia aos danos causados pelos seus países. Este fato teve como consequência o confisco da CIA, tendo o gerente do Banco do Brasil, em Manaus, Clovis Castelo Branco, sido nomeado liquidante. Seus bens espalhados nos municípios de Parintins, Maués e Barreirinha, foram postos a leilão, sendo adquiridos pela firma J.G. Araújo, a custos irrisórios. O torpedeamento de cinco navios mercantes brasileiros (Araraquara, Baependi, Aníbal Benévolo, Itagira e Arará), muitos deles utilizados no transporte de imigrantes japoneses para a Amazônia, entre os dias 18 e 19 de agosto de 1942, causando 652 vítimas, provocou comoção nacional e hostilidades aos japoneses, alemães e italianos residentes no país. Em 22 de agosto de 1942, o Brasil foi compelido a declarar estado de beligerância e no dia 31 de agosto de 1942, ao estado de guerra com a Alemanha e a Itália. As lideranças japonesas foram presas e passaram a ser denominadas de "quinta coluna". No Estado do Pará, a colônia de Tome-Açu foi transformada em um campo para concentração de japoneses por medida de segurança e de proteção, até a libertação, em 1946 pelo Interventor Federal Octávio Meira. Aparelhos de rádio, embarcações, armas, entre outros, foram confiscados dos imigrantes, em alguns casos utilizando-se deste procedimento para se beneficiar.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, a situação dos imigrantes japoneses passou a ser apenas de garantir a sobrevivência. A guerra, por outro, lado trouxe benefícios para a consolidação da jucicultura ao obrigar a utilização da fibra nacional. A Portaria 57, de 14 de maio de 1943, do Coordenador de Mobilização Econômica, obrigava o uso mínimo de 40% de fibra de juta nacional, apesar de que as indústrias naquela ano já estavam consumindo 54,29%. No ano de 1944, a Coordenação de Mobilização Econômica ampliava esse percentual para 60%.

Com o prenúncio do fim da guerra, ocorreu a rendição da Alemanha em 7 de maio de 1945. O lançamento das bombas atômicas em Hiroxima, no dia 6 de agosto de 1945 e em Nagasaki, no dia 9 de agosto, levou a assinatura da capitulação do Japão em 25 de agosto

daquele ano. No âmbito nacional, o fim da II Guerra Mundial levou a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945 e José Linhares assumiu a presidência da república e através do Decreto-Lei 3.440, de 24 de dezembro de 1945, estabeleceu as condições para a transferência do patrimônio da Companhia Ford Industrial do Brasil para o Governo brasileiro, marcando o fim de um empreendimento, que iria servir de referência ideológica e agrícola para os anos futuros.

No que concerne a lavoura da juta, Admar Thury, então Diretor Técnico do Serviço de Fomento Agrícola do Amazonas, preparou um relatório ao Interventor Federal, Tenente Coronel Syzeno Sarmento descrevendo os problemas da jiticultura. Havia nessa época 30 fábricas de juta no país, sendo uma no Estado do Pará. Rokusono Uwamori e Mazakazu Tani, depois de quatro anos de seleção conseguiu separar uma variedade de juta roxa, no local denominado de Cacaual Grande, no município de Monte Alegre, Pará.

Com o confisco da CIA, em 1942, a comercialização da juta passou a ser efetuada pela Companhia Brasileira de Fibras, uma subsidiária da Companhia Fabril de Juta de Taubaté, dominando no período de 1943-1947. Com a guerra, acabaram-se os sonhos da CIA em transformar-se em um enclave na Amazônia. Em 9 de dezembro de 1947 foi realizada em São Paulo, a Convenção de Juta e Fibras Congeneres. A lavoura de juta passou a ser de exclusivo domínio dos agricultores e comerciantes brasileiros. O sucesso da introdução da juta e da pimenta-do-reino, foram utilizadas no pós-guerra pelo governo japonês, como uma das justificativas para o ciclo da imigração que reiniciou a partir de 1952. O saldo financeiro do empreendimento da colonização japonesa, tanto no Estado do Pará como no Amazonas, foi um desastre, bem como a da Companhia Ford Industrial do Brasil, mas ambas trouxeram grandes benefícios econômicos, sociais e tecnológicos para o Brasil. Mais tarde na década de 60, Daniel Ludwig, veio a sentir essa mesma frustração, terminando pela nacionalização do empreendimento em 1982. O saldo dessas experiências era que para as atividades agrícolas, existia um “custo amazônico”, causado pela falta de tecnologia, distância em relação aos mercados, pragas e doenças, entre outros, no qual o preço do pioneirismo era bastante elevado e os resultados a longo prazo.

Em 2 de agosto de 1951, Uyetsuka embarcou do Japão com destino à Amazônia e após estar ausentando por dez anos, encontrou-se com o governador Álvaro Maia, do Amazonas e com o general Alexandre Zacarias de Assunção, do Pará. Estes contactos foram iniciados em agosto de 1950, por ocasião da visita de Getúlio Vargas à Santarém, em campanha presidencial, quando declarou que promoveria a industrialização da juta no seu centro produtor. Após a vitória de Getúlio Vargas, em março de 1951, o Prefeito de Santarém, Elias Pinheiro Pinto, acompanhado de Kotaro Tuji, foram recebidos pelo Presidente, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, onde apresentaram a petição para a construção da fábrica de juta em Santarém. Dessa forma, a Tecejuta, foi fundada em 10 de novembro de 1951, com capital japonês e nacional e, em dezembro daquele ano, começaram a chegar as primeiras máquinas do Japão, pelo navio Africa Maru, porém só entrou em funcionamento em 1963. Quando Tsukasa Uyetsuka chegou ao Brasil havia um clima favorável. Na companhia de Kotaro Tuji, foram recebidos em audiência no

Palácio do Catete, pelo presidente Getúlio Vargas, no dia 22 de setembro de 1951, onde foi efetuada uma proposta de entrada de 5.000 famílias japonesas para plantar juta. O presidente Getúlio Vargas aceitou a petição e encaminhou para Nilo Alvarenga, Presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização e que foi aceita em 17 de outubro de 1951. Deu-se início à imigração japonesa do pós-guerra, onde em 1952, foram enviadas as primeiras 17 famílias, num total de 54 pessoas e em 1953, foram enviadas 252 famílias para o Brasil, sendo desse total, 140 famílias para os Estados do Amazonas e Pará. Kotaro Tuji, faleceu em 25 de novembro de 1970, idealizador da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, deu grande contribuição à imigração japonesa na Amazônia. A partir de 1952, a imigração japonesa na Amazônia passou a ser reponsabilidade da Japanese Migration, Immigration and Colonization Company Ltd, que ficaria conhecida por JAMIC - Imigração e Colonização Ltda até a sua extinção no início da década de 80. Esta companhia era financiada por empréstimos privados, fundos governamentais de governos brasileiros e japoneses e de empréstimos e doações da colônia japonesa na Amazônia.

Considerações finais

Mas no que concerne à emigração japonesa para a lavoura de juta no pós-guerra, a proposta foi completamente fora da realidade. Os juteiros, especialmente na colheita, trabalhavam em condições insalubres, ficavam por longo tempo com água até à cintura, obrigando a ingestão de cachaça, para possibilitar o desenvolvimento dessas atividades pela manhã. As possibilidades de mecanização, praticamente inexistentes e altamente dependente de mão-de-obra, e a gradativa perda do valor da fibra, afastaram os japoneses dessa atividade. O fato de ser uma cultura anual, não tinha condições de fixar os agricultores à terra. A cultura foi totalmente democratizada pelos pequenos produtores, e o processo de comercialização ganhava vínculos próprios de apropriação do excedente econômico. A cultura da pimenta-do-reino passava a despontar como uma nova alternativa econômica para os agricultores japoneses.

Nas regiões de fronteira ou de pioneiros, a idéia de vangloriar dos feitos não realizados constitui uma característica constante. No caso do sucesso da aclimação da juta não foi diferente, no sentido de distorcer a história. Nesse aspecto, inveja do sucesso, intrigas de bastidores, prestígio e aproveitamento de vantagens, constituíram a ética dominante, parece encontrar explicação em alguma mesquinha inerente à própria raça. Vários funcionários do Instituto Amazônia, da Escola Superior de Colonização, da Companhia Industrial Amazonense e de outros imigrantes, passaram a afirmar que foram os aclimatadores da juta. Institucionalmente, muitas dessas pessoas, tiveram um papel decisivo no processo da imigração japonesa na Amazônia e no apoio emprestado, mas sequer fizeram plantios de juta, dedicando-se mais às atividades de natureza burocrática e política.

O fim da guerra e a derrota do Japão colocaram os imigrantes em uma nova realidade. Enquanto a guerra sino-japonesa tinha custado apenas 17.000 soldados e a guerra russo-japonesa, 100.000 soldados mortos, era pequeno se comparado com os 2,3 milhões de

soldados e de 660.000 civis mortos, como o custo do imperialismo japonês. No período de setembro de 1945 a abril de 1951, o general Douglas MacArthur dirigiu as reformas da ocupação no Japão.

Até a época da guerra, os imigrantes japoneses sempre procuraram se identificar como autênticos japoneses, convencidos de que um dia voltariam ao seu país. Ao absorverem finalmente a derrota, convenceram-se em abdicar definitivamente dessas intenções, afinal a vida na fronteira “vazia”, era, sem dúvida, melhor do que a miséria do seu país destruído pela guerra. Com a derrota do Japão em 1945, todos os japoneses das possessões do além-mar foram forçados ao repatriamento. Mais de 6 milhões de repatriados retornaram ao Japão, incluindo funcionários de governo, soldados, homens de negócios, bem como lavradores. Assim, à luz dos subseqüentes acontecimentos políticos, a emigração para as áreas conquistadas dentro do Império japonês sob a proteção das “baionetas do imperialismo”, provou ser temporário, apesar das intenções originais tanto do governo como dos próprios imigrantes. No Brasil e na Amazônia, os resultados foram ao contrário, onde nessa encruzilhada de raças, os imigrantes japoneses, além de se integrarem à sociedade brasileira, contribuíram para esse fortalecimento. Em junho de 1968, quando então a imigração japonesa no Brasil completava 60 anos, a Varig inaugurava o voo São Paulo-Tóquio, alcançando em questão de horas o destino esperado, o que antes os imigrantes do Kasado Maru, levavam 52 dias de viagem para conseguir. Essa imigração foi efetuada numa época em que não existia preocupação com a ecologia e os pioneiros não eram vistos como agentes da destruição, mas procuravam pela intensificação do uso da terra e a sua permanência na atividade. A Amazônia, naquele tempo, era vista como algo misterioso e perigoso, contrasta-se com as facilidades atuais dos meios de comunicação, como telefone, fax, internet, aviões a jato, induziram uma experiência de desenvolvimento em uma área tropical, marcando uma fase na vida econômica, social e política da região. Os sonhos de Uyetsuka e Fukuhara, aplicando pesados investimentos de capitalistas japoneses só produziram resultados palpáveis na segunda geração de imigrantes, a certeza de que nada do que vale a pena se consegue sem esforço, mas que trouxeram grandes benefícios econômicos e sociais para a região. A imigração japonesa na Amazônia constituiu-se em uma experiência de desenvolvimento agrícola singular, mas que não apresentou condições de ser imitada, em face das circunstâncias e do choque entre culturas muito diferentes.

Agradecimentos

O autor manifesta seus agradecimentos a Ityu Yassui, Kozo Harada, Zennoshi Shoji, Robert Toovey Walker, Simon Suhwen Cheng, Akiyoshi Satoh, e aos imigrantes japoneses, pelas informações prestadas e pelo material bibliográfico conseguido.

Referências consultadas

BARROS, S.M. *Sustainability and social adaptation in the Brazilian Amazon: the Japanese of Tome-Açu, 1929-89*. Berkeley: University of California, 1990. 93p. Tese Mestrado.

- BENCHIMOL, S. **Amazônia - um pouco - antes e além - depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. 841p. (Coleção Amazoniana, 1).
- CASTRO, F.M. **Cinquenta anos da imigração japonesa na Amazônia**. Belém: Falangola, 1979. 122p.
- CAUFIELD, C. **A destruição das florestas: uma ameaça para o mundo**. Lisboa: Europa-América, 1984. 275p.
- COMO o Japão chegou à Amazônia. **Amazônia**, v.3, n.25, p.5-7, mar. 1977.
- COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE S/A. **Instruções para a cultura da juta**. Manaus, 1941. 22p.
- COSTA, F.A. **Grande capital e agricultura na Amazônia; a experiência Ford no Tapajós**. Belém: Universidade Federal do Pará. 1993. 180p.
- CRUZ, E. **Colonização do Pará**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958. 178p.
- DEMOOR, D.A. **Japanese colonization and immigration in the Amazon Basin, Brazil**. Los Angeles: University of California, 1964. Tese Mestrado.
- FERREIRA FILHO, C. **Porque perdemos a batalha da borracha**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965. 373p. (Série Euclides da Cunha, v.3).
- GAMBIRASIO, A. 70 anos de imigração japonesa. **Visão**, São Paulo, v.52, n.13, p.40-76, 26 jun. 1978.
- GENTIL, J.M.L. A juta na agricultura de varzea na área de Santarém - Médio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia**, v.4, n.2, p.118-199, dez. 1988.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Arigatô**. Belém, Secretaria de Estado de Cultura. 1995. 248p.
- GRANATO, L. **A cultura da juta em São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923. 15p.
- HARDMAN, F.F. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 291p.
- HOMMA, A.K.O. **A civilização da juta na Amazônia**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1994. 25p. mimeo.
- HOMMA, T. **A juta está fazendo acusação**. São Luiz, 1973. 5p. mimeo.
- JAPÃO. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. **O Japão de hoje**. 1972. 114p.
- JAPÓN. MINISTERIO DE ASUNTOS ESTRANJEROS. **El Japón en transición**. 1968. 107p.
- JUNQUEIRA, M.R.A. **Desarrollo y perspectivas de la estructura economica del yute en Amazonas**. Bogotá: IICA, 1972. 208p. Tese Mestrado.
- JUTA caiu mas deu festa. **Visão**, São Paulo, v.28, n.23, p.37-38, jun. 1966.
- KUNIO, Y. **Japanese economic development: a short introduction**. Tokyo: Oxford University Press, 1982. 153p.
- LIMA, R.R. **A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas**. Belém: IAN, 1956. 164p. (IAN. Boletim Técnico, 33).
- LIMA, V. **A juta como riqueza econômica da Amazônia**. Manaus: Imprensa Pública, 1938. 85p.

- LOUREIRO, I. Os japoneses na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, 16 jul. 1978. p. 6.
- MARÃO, J.C. A história de um pequeno herói. **Realidade**, São Paulo, v.2, n.17, p.100-104, ago. 1967
- MCDOWELL, E. Japoneses no Brasil: a história de um sucesso. **Seleções do Reader's Digest**, v.15, n.86, p.9-13, jul. 1978.
- MEIRA, O. Dionysio Bentes, o introdutor da imigração japonesa no Pará. **O Liberal**. Belém. 8 nov. 1979. p.3.
- MEIRA, O. Os 50 anos de imigração japonesa. **O Liberal**, Belém, 5 nov. 1979. p.15.
- MIYAZAKI, N. & ONO, M. O aviamento na Amazônia. **Sociologia**, São Paulo, v.20, n.3, p.336-396, ago. 1958; v.20, n.4, p.530-563, out. 1958.
- MOTA SOBRINHO, A. **A civilização do café (1820-1920)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1978. 179p.
- NOGUEIRA, A.R. Considerações gerais sobre imigração japonesa para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. p.56-68.
- OLIVEIRA, A.E. Ocupação humana. In: SALATI, E.; JUNK, W.J.; SCHUBART, H.O.R.; OLIVEIRA, A.E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-327.
- OTI, S. **História da juta na Amazônia**. Santarém, 1947. 10p. mimeo.
- O PAI da juta. **Veja**, São Paulo, n.194, p.77-78, 24 mai. 1972.
- PINTO, L.F. A colonização(2). **O Liberal**, Belém, 22 jun. 1978. p.9.
- REIS, A.C.F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 213p.
- ROSENN, K.S. The "jeito" Brazil's institucional bypass of the formal legal system and its developmental implications. **American Journal Comparative Law**, v.19, p.514-49, 1971
- SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes 1973. 558p.
- SAKAE Oti, figura destacada na história da imigração. **O Liberal**, Belém, 5 nov. 1979. p.5. (Japoneses na Amazônia).
- SILVA, J.F.; TUCCI, C.A.F.; OLIVEIRA, W.S.; CRUZ, F.G.G.; MENDONÇA, M.S. Graduate course in agroforestry at the University of Amazonas, Brazil. **Agroforestry Systems**, v.28, p.93-96, 1994.
- STANIFORD, P. Competição e conflito entre os imigrantes japoneses em uma comunidade no Norte do Brasil. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes 1973. p.346-357.
- STANIFORD, P. Nihon ni itemo sho ga nai. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. p.32-55.
- SUNKEL, O. **O marco historico do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Beta, 1977. 51p.
- THURY, A. de A. **A juta amazonense e seus problemas**. Manaus: Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola, 1946. 13p.

- THURY, A. de A. **Memorial**: apresentado ao Sr. Dr. Alberto de Aguiar Correa sobre a cultura da juta entre os japoneses de Parintins. Manaus: Clássica, 1938. 16p.
- TSUCHIDA, N. **The Japanese in Brazil, 1908 - 1941**. Los Angeles: University of California, 1978. 398p. Tese Doutorado.
- TSUKAMOTO, T. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratorio. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. p.13-31.
- TSUNODA, F. **Canção da Amazônia**: uma saga na selva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 185p. (Coleção Romance).
- UYETSUKA, T.;TUJI, K. **Fomento japonês de juta no Brasil**. Santarém, 1951. (mimeo).
- UYETSUKA, T. **Carta a Ryota Oyama datada de 11 de outubro de 1967**: existente no arquivo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, São Paulo. São Paulo, 1967
- VARGAS, G. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2v.
- WARREN, D. **A luta pela borracha no Brasil**: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. 286p.